

Narrativas sobre a alimentação escolar de Medellín, Colômbia: direitos, políticas e ações pedagógicas

Elci Nilma Bastos Freitas

Elizeu Clementino de Souza

Universidade do Estado da Bahia (Brasil)

Gabriel Jaime Murillo-Arango

Universidad de Antioquia (Colombia)

Resumo

No campo da Educação, a Alimentação Escolar (AE) ainda carece de estudos mais aprofundados. Nesta escrita¹, objetivamos compreender as narrativas de diferentes atores sobre a AE em Medellín, como direito, política e ação pedagógica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada na abordagem (auto)biográfica (Delory-Momberger, 2014) em três instituições educativas de Medellín-Colômbia, com 13 atores sociais – encarregados do Programa de Alimentação Escolar (PAE), docentes e estudantes do 5º ano do ensino primário. Segundo as narrativas dos colaboradores, no campo do Direito, a AE, além de suplementar a nutrição, mantém o estudante na escola. Como política, as narrativas apontaram para universalizar o PAE na Colômbia, equitativamente a todas as instituições educativas. Como ação pedagógica, promove a educação alimentar, auxilia as sociabilidades do comer, desvela as identidades culturais e, por fim, estimula o respeito mútuo e a cidadania.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Políticas-direitos-ações pedagógicas. Narrativas (auto)biográficas. Medellín, Colômbia.

Narratives on school feeding in Medellín, Colombia: rights, policies, and pedagogical actions

Abstract

In the field of education, school feeding (SF) still lacks more in-depth studies. In this paper, we aim to understand the narratives of different actors on school

feeding in Medellín, as a right, policy, and pedagogical action. This is a qualitative study based on the (auto)biographical approach (Delory-Momberger, 2014) in three educational institutions in Medellín, Colombia, with 13 social actors – those in charge of the School Feeding Program (PAE), teachers, and 5th grade elementary school students. According to the collaborators' narratives, in the field of law, school feeding not only supplements nutrition but also keep students in school. As a policy, the narratives pointed to universalising the School Meals Programme (PAE) in Colombia, equitably across all educational institutions. As a pedagogical action, it promotes food education, aids in the socialisation of eating, reveals cultural identities and, finally, encourages mutual respect and citizenship.

Keywords: School feeding. Policies-rights-educational actions. (Auto)biographical narratives. Medellín, Colombia.

Narrativas sobre la alimentación escolar en Medellín, Colombia: derechos, políticas y acciones pedagógicas

2

Resumen

En el campo de la educación, la alimentación escolar (AE) aún requiere estudios más profundos. En este artículo, nuestro objetivo es comprender las narrativas de diferentes actores sobre la alimentación escolar en Medellín, como derecho, política y acción pedagógica. Se trata de una investigación cualitativa, basado en el enfoque (auto)biográfico (Delory-Momberger, 2014) en tres instituciones educativas de Medellín (Colombia), con 13 actores sociales – responsables del Programa de Alimentación Escolar (PAE), docentes y estudiantes de 5.º curso de primaria. Según los relatos de los colaboradores, en el ámbito del derecho, la alimentación escolar, además de complementar la nutrición, mantiene al estudiante en la escuela. Como política, las narrativas apuntaron a universalizar el Programa de Alimentación Escolar (PAE) en Colombia, de manera equitativa para todas las instituciones educativas. Como acción pedagógica, promueve la educación alimentaria, favorece la sociabilidad en torno a la comida, revela las identidades culturales y, por último, fomenta el respeto mutuo y la ciudadanía.

Palabras clave: Alimentación escolar. Políticas-derechos-acciones pedagógicas. Narrativas (auto)biográficas. Medellín, Colombia.

Introdução

Compreende-se por Alimentação Escolar (AE) um conjunto de ações, práticas e políticas que busca garantir, ao menos, uma refeição nutritiva e adequada aos estudantes devidamente matriculados em escolas públicas. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, a alimentação na escola passa a existir em muitos países, mas somente com a Declaração de Roma de 1996, passa a ser um direito denominado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O World Food Programme (WFP), instituído pela ONU, com atuação em 120 países, é considerado o maior órgão humanitário do, cujo objetivo é o combate à fome e à promoção da segurança alimentar. Entre esses países, encontra-se a Colômbia que ocupava, no ano de 2025, o segundo lugar na América Latina e no Caribe, e o sétimo no mundo, no tocante à desigualdade de renda. Para o WFP, um em cada quatro colombianos vivencia a insegurança alimentar no país.

Para assegurar o acesso contínuo a uma alimentação nutritiva, equilibrada e variada às pessoas mais vulneráveis – crianças, mulheres grávidas e lactantes, grupos étnicos, vítimas de violência, comunidades confinadas e deslocadas, pequenos agricultores, migrantes e comunidades anfitriãs –, o WFP realiza transferências monetárias e compras de produtos alimentícios para o governo colombiano.

O Programa de Alimentação Escolar (PAE) é a estratégia de maior destaque desde a sua criação em 1955. Trata-se de uma política de Estado que visa distribuir uma suplementação alimentar, no período escolar, a crianças e adolescentes matriculados no Sistema Integrado de Matrícula Escolar (Simat) das escolas públicas da Colômbia (Colômbia, 2022).

A AE é amplamente debatida no campo da nutrição. Entretanto, o diálogo sobre a AE na Educação ainda é bastante reduzido. Fizemos um estudo comparativo do tema entre áreas da nutrição e da Educação na base

de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o descritor “*school feeding*” e utilizamos revistas nacionais e internacionais apenas da área da nutrição, sem estabelecer uma unidade temporal. Nessa primeira pesquisa, encontramos 118 artigos e, ao usar como critérios de exclusão as duplicidades e os estudos não desenvolvidos em instituições escolares, obtivemos 71 estudos que tratavam da alimentação na escola. Em nova pesquisa, nessa mesma base de dados e metodologia estabelecida com a seleção de revistas nacionais e internacionais restritas à Educação, surgiram 18 estudos. A partir do mesmo critério de exclusão, apenas dez artigos investigaram a AE. Tal dado demonstra a relevância de nossa pesquisa.

Isso posto, apresentamos a seguinte questão norteadora: que sentidos narram os atores sociais de três instituições educativas de Medellín-Colômbia sobre a AE? Para respondê-la, objetivamos compreender as narrativas construídas por esses atores sociais sobre a AE no âmbito dessas três instituições educativas.

A organização deste texto segue a seguinte configuração de seções: esta “Introdução”; “Caminhos metodológicos da pesquisa”; “O alimento e a prática alimentar da/na humanidade: uma síntese histórica”; “Medellín: histórias, experiências culturais e gastronômicas”; “PAE em Medellín: uma análise crítica”; “Narrativas de diferentes atores sobre a AE como direito, política e ação pedagógica”; e as “Considerações finais”.

Caminhos metodológicos da pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa dentro do contexto educacional em três instituições educativas de Medellín com foco em narrativas (auto)biográficas de diferentes atores sociais sobre a AE.

Ao adotar a perspectiva das narrativas (auto)biográficas como aspecto teórico-metodológico desta escrita, fazemos uma escolha epistemopolítica porque entendemos que os colaboradores não desempenharam o papel de meros narradores, mas, sim, de coautores deste processo investigativo.

Captamos a ideia de Souza (2014, p. 40) ao evidenciar as narrativas como promotoras de “[...] reflexões sobre a vida, a formação, as trajetórias individuais e coletivas, bem como sobre o respeito à liberdade,

autonomia e democracia individual e social”. Nessa acepção, acreditamos que “[...] a narrativa do outro é assim um dos lugares onde experimentamos nossa própria construção biográfica; onde ela pode deslocar-se, reconfigurar-se, alargar seu horizonte [...]” (Delory-Momberger, 2014, p. 61).

A análise das narrativas fundamenta-se na perspectiva interpretativa-compreensiva em três tempos – I. pré-análise/leitura cruzada; II. leitura temática; e III. leitura interpretativa-compreensiva do *corpus* –, conforme a ótica de Souza (2014) e, a partir dela, buscamos destacar a relevância das experiências através de uma escuta sensível do dito e do não dito pelos sujeitos colaboradores acerca da AE.

Os dispositivos adotados: a observação não participante e as entrevistas de cunho narrativo com três docentes, sete estudantes do 5º grau do ensino primário e três docentes encarregados pelo PAE nas instituições participantes do estudo.

A aproximação do campo aconteceu através de uma reunião com reitores escolares de três instituições educativas de Medellín para apresentar a nossa temática e proposta de estudo. Todos os reitores concordaram em integrar a nossa pesquisa que, inclusive, teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Parecer nº 6.828.298, em 16 de maio de 2024).

Para a observação não participante, utilizamos o diário de campo para as anotações do cotidiano da distribuição da merenda em todas as visitas realizadas nas três instituições educativas (duas visitas por escola) contabilizando um total de seis visitas.

Em síntese, a Escola 1 – que fica próxima ao bairro Robledo – é uma instituição de grande porte, ampla, recém-reformada e com boa estrutura. A escola é contemplada com duas estratégias do PAE (Comida Preparada e Copo de Leite). Possui utensílios novos – panelas, pratos, canecas e colheres –, equipamentos – mesas, fogão, refrigerador e *freezer* – em excelentes condições, uma cozinha limpa de tamanho mediano e um refeitório relativamente amplo, que atende, de maneira cômoda, os estudantes contemplados pelo PAE. Essa instituição educativa possui uma estrutura adequada, desde a preparação e higiene da comida à conservação e limpeza de utensílios.

Já a Escola 2 – no bairro Manrique – é de médio porte e de instalação boa a regular, pois há pequenas avarias, mas elas não comprometem a estrutura do prédio. Observamos a existência de duas estratégias – Comida Preparada e Ração Industrializada. Quanto à estrutura do refeitório, percebemos a necessidade de ampliação para atender às demandas. Há utensílios novos e bem conservados – panelas, pratos, canecas e colheres –, os equipamentos – fogão, refrigerador e *freezer* – estão preservados, a cozinha e o refeitório são limpos. Entretanto, por seu tamanho pequeno, não acomoda bem as funcionárias, tampouco aos estudantes inscritos no PAE. Ademais, faltam mesas e cadeiras para os alunos se acomodarem melhor.

A Escola 3 – no bairro Moravia – é de porte mediano, suas fundações são seguras, porém carece de reforma e ampliação. No decurso das visitas, detectamos apenas uma estratégia do PAE – Ração Industrializada –, pois a cozinha foi desativada pelo governo municipal e não há refeitório, mobiliário e utensílios para melhor distribuição e consumo dos alimentos. Apesar de todo o cuidado com a higiene da merenda, faltam cuidados relacionados à dignidade dos estudantes. Chamou-nos atenção a cena de um estudante passar os dedos no copo de seu iogurte, o que compromete os requisitos de saúde pública. A esse respeito, Santos, Soares e Silva (2024, p. 4) revelam que a assistência está associada à “[...] obrigação estatal de prover direitos, mediante políticas públicas que assegurem a dignidade humana”.

Cabe destacar que, em todas as três escolas, as merendeiras estavam devidamente uniformizadas – blusa e calça branca, além de botas tipo galocha branca – com gorro, máscara e luvas descartáveis e aquelas que manipulavam os alimentos usavam aventais branco.

Para as entrevistas de cunho narrativo, apresentamos o termo de consentimento a todos os colaboradores e encaminhamos o documento aos responsáveis dos alunos menores de idade. Para a sua realização, estávamos com os temas de cada grupo de colaborador exposto na mesa de uma sala que nos foi disponibilizada e usamos o gravador como suporte de captação desses dados. Em seguida, as entrevistas foram transcritas, enviadas para a revisão dos colaboradores, traduzimos e usamos nomes fictícios escolhidos pelos próprios participantes deste estudo.

Em nosso estudo, emergiram três categorias de análise – AE como direito, como política e como ação pedagógica – contempladas na seção de título “Narrativas de diferentes atores sobre a AE como direito, política e ação pedagógica”.

O alimento e a prática alimentar da/na humanidade: uma síntese histórica

[...] nós nos tornamos o que nós comemos (Fischler, 2001, p. 66).

A alimentação faz parte da rotina de qualquer ser vivo e o comer não se relaciona exclusivamente às necessidades biológicas. De acordo com a epígrafe acima, a prática alimentar estabelece um vínculo com a cultura, com a educação e com as mudanças de comportamentos dos seres humanos em seus processos civilizatórios. Então, a relação humana com o alimento não é uma simples dinâmica da vida (Santos, 2008).

A alimentação traz em si mesma sua natureza íntima, por atravessar o obstáculo oral, penetrar em nosso organismo e se instalar dentro de nós. Isso é, o alimento e a sua falta promovem a transmutação de nossos corpos ou mesmo metamorfoseia nossas essências (Fischler, 2001).

Ainda que brevemente, faz-se imprescindível percorrer o movimento histórico da alimentação em nosso planeta, visto que o alimento apresenta sentidos e/ou significados que afetam o seu consumo diário, que é atravessado pelas áreas da Saúde, da Política, da Cultura, da Educação e do Direito, entre outros campos do conhecimento.

Vinha (2017) assinala que o alimento possui diversas significações, a saber:

[...] muitas vezes entendido como elemento agregador ou transgressor, por vezes sagrado, acompanhado de rituais; outras vezes banalizado, capitalizado, transformado em simples mercadoria. Entendemos que o alimento pode propagar marcas, processar costumes, estabelecer laços e criar consumidores determinando classes, tribos, estabelecendo moda, excluindo ou incluindo pessoas (Vinha, 2017, p. 278).

Concordamos com a autora ao vincular o enfoque simbólico, oriundo das relações entre as pessoas e dos trabalhos humanos direcionados à produção, às partilhas e ao consumo. Trata-se, portanto, de práticas sociais marcadas pelas construções culturais daquilo que se pode ou não comer.

O alimento e o comer proporcionam às pessoas múltiplas visualidades: o corpo e as necessidades biológicas; a saúde e o bem-estar físico; e, sobretudo, todas as representações que compõem as sociabilidades no contexto da vida humana ao longo do tempo.

Conforme Flandrin e Montanari (1998), não há uma exatidão quanto à origem do uso de alimentos na refeição humana. Mas pode-se assegurar que o ser humano sempre foi onívoro. Ou seja, sua alimentação baseava-se em cardápios que mesclavam as carnes e os ingredientes de base vegetal consumidos inicialmente *in natura*, que foram introduzidos com o desenvolvimento da agricultura.

Na Pré-História, o ser humano alimentava-se essencialmente de carnes (restos de animais mortos ou caças realizadas). A partir do período Neolítico, com a descoberta do fogo e a expansão da agricultura, a produção de cereais, especialmente o trigo e o centeio, passaram a incorporar a alimentação dos humanos. Nessa acepção, a manipulação dos alimentos através do uso do fogo diversificou o cardápio alimentar das pessoas.

Na Idade Antiga, havia muita variedade de alimentos e comidas: frutas, cereais, pães, biscoitos, carnes – vermelhas ou brancas –, alguns tipos de bebidas alcoólicas (sobretudo o vinho), leite, mel, azeite e água. Na Mesopotâmia, a partilha das refeições era bastante representativa em banquetes religiosos ou reais (Joannès, 1998). No Egito, a higiene e a quantidade de alimentos eram relevantes para a longevidade do ser humano (Bresciani, 1998). A prática alimentar grega baseava-se na arboricultura – frutas, leguminosas e verduras – e também no mel, no vinho, no azeite, nos pães e as proteínas se concentravam na carne de peixes e crustáceos (Amourel'li, 1998). A alimentação romana era de base agrícola e evitava-se consumir as carnes por serem considerados ingredientes dos povos bárbaros (Dupont, 1998).

Durante a Idade Média, a alimentação humana teve sua variedade ampliada com a significativa presença de produtos animais nas refeições das

classes populares. Segundo Montanari (1998, p. 216), “[...] durante a alta Idade Média os camponeses europeus tiveram uma alimentação mais equilibrada do que em outras épocas”. Para o autor, a qualidade de vida de uma pessoa deixa de ser a identidade biológica para se apoiar em práticas socio-culturais como a realização de refeições coletivas em forma de banquetes. Segundo Montanari (1998), as refeições eram muito nutritivas pela variedade do cardápio, porém, as políticas aristocráticas impostas provocaram consequências à alimentação da população, reduzindo o consumo de alimentos como carne, vinho, pães, ovos e queijos na mesa popular.

A primeira explosão demográfica do planeta ocorreu no século XVIII. Políticas que não privilegiavam as populações de baixa renda reduziram sensivelmente a qualidade da alimentação na Idade, principalmente durante as duas grandes guerras mundiais, as quais potencializaram o agravamento da fome de milhares de pessoas.

A partir da expansão industrial na Idade Contemporânea, a queda nutricional e da qualidade alimentar era evidente, pois muitos dos alimentos consumidos eram preparados com adição excessiva de açúcar e sal. Em meio à crise socioeconômica, a população pobre optava pelo consumo de alimentos pouco nutritivos. Contudo, o acesso facilitado por transportes mais ágeis – aviões e navios – a produtos alimentícios e o uso de tecnologias no setor agrícola possibilitaram o cultivo e a colheita de alimentos em qualquer época da estação (Péhaut, 1998).

Na ótica de Morineau (1998), encontramos muita obscuridade no âmbito da história da alimentação, é profundamente difícil construir um cenário evolutivo ao longo dos séculos. Apesar de nossa tentativa de expor um panorama cronológico da alimentação, estamos cientes de que tal esforço ainda apresenta lacunas.

Medellín: histórias, experiências culturais e gastronômicas

Fundada em 2 de novembro de 1675 e localizada no Vale do Aburrá, na região centro-ocidental da Cordilheira dos Andes da América do Sul, Medellín, atual capital do estado de Antioquia, Colômbia, emergiu no século XVII após despertar interesse dos colonos espanhóis, em decorrência

das abundantes águas e, também, por conta dos objetos de ourivesarias encontrados nas montanhas, principalmente da cultura Quimbaya.

A partir do século XIX, a economia de Medellín deixa de ser agrícola e a cidade assume-se como principal polo comercial de Antioquia. A rápida expansão da cidade trouxe muitos benefícios à sua população, mas também consequências negativas, com alto índice de criminalidade (Ruiz-Vásquez e outros, 2023).

De acordo com Lopes (2022), há três grandes fases de violência em Medellín, a saber:

1. *expansão da cidade e descontrole territorial* (1965 a 1981): em decorrência do grande crescimento urbano de Medellín, a população migrou para a periferia e, nessas zonas, os serviços de segurança, educação e assistência à saúde não eram garantidos, o que fez emergir diversos conflitos e aliciamentos de jovens para o mercado ilegal das drogas, sobrelevando as taxas de violência na cidade com altos índices de homicídios;
2. *apogeu da violência em Medellín* (1982 a 1994): a crise socioeconômica em Medellín e o “promissor” e lucrativo comércio das drogas fez explodir a violência com novos grupos armados de diferentes ideologias políticas que se confrontavam. Nesse cenário, encontramos a liderança de Pablo Emílio Escobar Gaviria em um forte esquema de organização criminosa, reconhecido como um poderoso chefe de cartel no mundo. Ao ser avaliada como a cidade mais violenta do mundo no ano de 1991, o governo colombiano aliou-se com a agência federal de repressão às drogas dos Estados Unidos, Drug Enforcement Administration (DEA), e ao cartel de Cali para combater o cartel de Medellín, alcançando um breve período de paz com a morte de Pablo Escobar em 1993;
3. *guerrilhas – do rural ao urbano* (1995 a 2005): os grupos paramilitares perceberam que suas atividades nas zonas rurais de Antioquia não eram eficazes e, para manter seus negócios, migraram para a zona urbana das cidades de Antioquia e, mais uma vez, Medellín ressurgiu como o lugar estratégico dos grupos guerrilheiros, principalmente em cinco regiões: Comuna 6 - *Doce de Octubre*; Comuna 7 - *Robledo*; Comuna 8 - *Villa Hermosa*; Comuna 9 - *Buenos Aires* e Comuna 13 - *San Javier* (Giraldo-Ramírez, 2008).

A partir de 2002, o presidente de direita Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) organizou uma ofensiva militar que deixou um saldo sangrento de mortos e feridos, bem como dezenas de pessoas desaparecidas, especialmente na Comuna 13. A operação contou com o apoio de grupos paramilitares, atuantes nos bairros e somente no momento atual tem-se revelado a verdadeira dimensão do massacre. Paralelamente a essa ação do governo central, autoridades governamentais locais lançaram mão de um ambicioso plano de investimentos em infraestruturas e programas de inclusão social sob o lema “Do medo à esperança”, mobilizando esforços para a promoção da paz na cidade.

Entende-se por “*paisas*” as pessoas que vivem na região Paisa (território que engloba os departamentos de Antioquia, Caldas, Quindio e Risaralda e, ainda, o norte do Vale do Cauca e noroeste de Tolima, na Colômbia). A expressão “*paisa*” significa “paisano, compatriota” e expressa uma identidade cultural de um povo com forte sentimento regionalista. Os medellinenses honram sua palavra, gostam de narrar as histórias de seus antepassados e a grande transformação que figura hoje em Medellín.

A cultura em Medellín é uma mescla das influências dos povos andinos originários com as dos colonizadores espanhóis. O cuidado com a natureza – plantas e animais –, a sustentabilidade ambiental e os processos de arborização urbana são hábitos culturais. Além das pinturas de imagens e grafites nos muros públicos e privados espalhados pelas ruas da cidade, há também as famosas esculturas de bronze de Fernando Botero, localizadas ao redor do Museu de Antioquia. As músicas e as danças dos medellinenses baseiam-se nos ritmos da salsa, da cumbia e o *reggaeton* para os jovens.

Há uma prática esportiva intensa, incentivada e administrada pelo Instituto de Esportes e Recreação (Inder), que disponibiliza equipamentos simples de ginástica, quadras poliesportivas, piscinas públicas – por comunas – e campos de futebol espalhados pelos bairros.

O estreitamento dos laços da alimentação com a cultura, torna a gastronomia dos *paisas* bem peculiar, desde sua preparação, aos modos de comer e como partilham os alimentos, cabe destacar aqui a bandeja *paisa*, a arepa, o torresmo de porco com guacamole. Há variadas bebidas, entre as não-alcoólicas, destacam-se os sucos feitos com água ou leite ou limão ou

cereja ou a graviola. Entre as bebidas alcoólicas, encontramos o rum (destilado feito a partir do melaço da cana-de-açúcar envelhecido em barril de carvalho).

PAE em Medellín: uma análise crítica

O PAE é uma política de Estado para a AE na Colômbia que busca assegurar a permanência estudantil na escola, através da distribuição de uma suplementação alimentar, com a presença de macronutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras) e micronutrientes (zinco, ferro, vitamina A e cálcio) nas “*minutas*” – cardápios planejados por nutricionistas que almejam equilibrar a alimentação ofertada nas escolas.

Apesar de importante medida, o PAE não é universalizado nas instituições educativas públicas da Colômbia de acordo com o seguinte enfoque publicado pelo Ministério da Educação Nacional (MEN):

Niños, niñas y adolescentes de las áreas rurales y urbanas, de los diferentes grupos étnicos, registrados en el Sistema de Matrícula SIMAT como estudiantes oficiales, y financiados con recursos del Sistema General de Participaciones (Colombia, [20-?b], p. 4).

12

Os critérios de prioridade adotados pelo PAE, nas zonas urbana ou rural, relacionam-se às vulnerabilidades da população em comunidades étnicas – indígenas, afrocolombianos, *raizales*², ciganos –, população vítima de conflito armado e população com déficits nutricionais e baixas condições socioeconômicas estabelecidas pelo Sistema de Identificação de Potenciais Beneficiários de Programas Sociais (Sisbén).

O PAE é planejado para atender às escolas de acordo com: a) localização geográfica (instituições educativas na área rural, com prioridade àquelas com apenas um docente; instituições educativas que atendam exclusivamente a comunidades étnicas – indígenas, afrocolombianos, *raizales*, ciganos); e b) instituições educativas urbanas com número elevado de populações de baixa condição socioeconômica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sisbén III.

Assim, o PAE atende estudantes segundo o grau de escolaridade (instituições educativas de nível pré-escolar; instituições educativas de nível da educação básica primária; instituições de educação primária para grupos étnicos – indígenas, afrocolombianos, *raizales*, ciganos – e também atende a uma alta concentração de população vítima de conflito armado ou de ambos), de acordo com o MEN da Colômbia (Colômbia, [20-?a], [20-?b], 2022).

As estratégias formuladas pelo PAE, cujos fundamentos correlacionam os tipos de complementos alimentares e a jornada escolar em tempos e horários de consumo previamente estabelecidos (quadro I).

Quadro I – Tempos e horários de consumo do PAE nas instituições educativas

Complemento Alimentar	Jornada Escolar	Momento de Consumo	Horário
Café da Manhã	Manhã	Mínimo de 20 minutos antes de iniciar as atividades educativas ou nas primeiras horas da manhã	07:00h às 09:00h
Complemento alimentar da tarde	Tarde	Mínimo de 20 minutos antes de iniciar as atividades educativas ou nas primeiras horas da tarde	13:00h às 14:30h
Almoço	Jornada única e da tarde	Mínimo de 30 minutos antes de iniciar as atividades educativas da tarde ou de 2 a 3 horas depois de ter consumido o café da manhã	11:30h às 13:00h
Lanche reforçado industrializado	Jornada única e da tarde	Mínimo de 30 minutos antes de iniciar as atividades educativas da tarde ou de 2 a 3 horas depois de ter consumido o café da manhã	11:30h às 13:00h
Café da manhã industrializado para as emergências	Jornada da manhã ou da tarde	Mínimo de 20 minutos antes de iniciar as atividades educativas ou nas primeiras horas da manhã ou da tarde, dependendo da jornada escolar	07:00h às 09:00h 13:00h às 14:30h
Lanche	Jornada da manhã ou da tarde ou única	De 2 a 3 horas depois de ter consumido o café da manhã, complemento alimentar da tarde ou almoço	09:30h às 14:30h

Fonte: Colômbia ([20-?b], p. 12, tradução nossa).

O Boletim Técnico de Educação Formal, apresentado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) da Colômbia, em 2022, informou que 9.729.968 estudantes estavam matriculados na rede pública de ensino, 963.199 na educação pré-escolar, 4.069.302 no ensino fundamental, 3.317.530 no ensino secundário e 1.379.937 no ensino médio. Do total de estudantes, 5.851.769 foram beneficiados pelo PAE nesse mesmo ano, conforme informa a Unidade Administrativa Especial para Alimentação Escolar – Alimentação para Aprendizagem (UApA) (Colômbia, 2023b).

Os indicadores do PAE e o boletim do DANE de 2022 demonstram a relevância dessa política de Estado para os estudantes que recebem a AE, mas, como reportado anteriormente, o PAE não tem caráter universal. Nesse cenário, é necessário conhecer os critérios de elegibilidade e inelegibilidade estudantil do programa (Colômbia, 2023a).

Para reduzir as desigualdades socioeconômicas no país e atender aos princípios de solidariedade, redistribuição de renda, simplificação e transferência, a Lei nº 142/1994 normatizou a divisão socioeconômica da população colombiana por estratos tomando como referência os imóveis residenciais e elaborou o regime tarifário diferencial dos serviços públicos básicos (água, luz e gás). O regime se apoiou em um método, que considerou as características socioeconômicas dos lugares, dos imóveis e de seu entorno, com adoção de sobretaxa aos setores industriais, comerciais e de maior renda e benefícios – isenção ou redução de tributos – aos setores de baixa renda.

As legislações e documentos oficiais não apresentam elementos suficientes acerca dos critérios de elegibilidade e inelegibilidade de estudantes ao PAE. Então, que parâmetros permitem ou não o beneficiamento dos estudantes de um mesmo nível socioeconômico da AE na Colômbia? Talvez essa seja uma importante fragilidade normativa.

As estratégias³ do PAE em Medellín vislumbram os seguintes planejamentos: 1. Copo de Leite: procedimento exclusivo da cidade de Medellín que objetiva ampliar a cobertura do PAE, ao complementar a alimentação dos estudantes ofertando-lhes uma pequena alimentação composta de produtos panificados e uma bebida; 2. Comida Preparada (almoço, complemento da manhã e da tarde) – uma modalidade alimentar que envolve a preparação

de alimentos dentro da instituição educativa ou em um ambiente próximo da escola, conforme as indicações do MEN; e, por fim, 3. Ração Industrializada: consiste na oferta de alimentos processados e não processados – como frutas – para o consumo estudantil na escola.

Os objetivos do PAE são: I. ampliar a frequência e a permanência de estudantes no sistema escolar; II. ofertar um complemento alimentar com equilíbrio nutricional entre macronutrientes e micronutrientes fundamentais para a saúde e a aprendizagem de estudantes; III. viabilizar hábitos alimentares saudáveis; e IV. cooperar com a segurança alimentar dos estudantes.

O PAE foi implementado em aproximadamente 457 instituições educativas da prefeitura de Medellín, tanto oficiais como conveniadas. Entre as estratégias previstas, incluiu-se recentemente o programa Copo de Leite na perspectiva de ampliar a sua cobertura na cidade (Medellín, 2025).

Para compreender as narrativas sobre a AE, vamos explicar com mais detalhes os caminhos metodológicos da pesquisa e, em seguida, analisar as categorias que emergiram deste estudo.

Narrativas de diferentes atores sobre a AE como direito, política e ação pedagógica

15

Bacca Uribe, Moreno Franco e Restrepo Zapata (2024) afirmaram que o PAE de Medellín apresenta uma diferenciação, pois é possível que as escolas localizadas nas regiões mais centrais consigam cumprir com a maior parte dos objetivos e metas referendados nos documentos oficiais do programa. Por outro lado, as instituições mais periféricas não conseguem ser contempladas por tais expectativas pela falta de igualdade de condições das diferentes instituições. Essa afirmação pode ser confirmada nas descrições realizadas no início desta seção.

Após a leitura das entrevistas produzidas neste estudo, emergiram das narrativas dos colaboradores três categorias – direito, política e ação pedagógica – para análise, conforme detalhadas na seguinte seção.

Narrativas de atores sociais sobre a AE como direito

De acordo com Téllez Navarro, Jiménez Rodríguez e Amaya Navas (2023), o PAE objetivava o direito à educação de crianças e adolescentes junto às instituições educativas, por meio da garantia do direito à alimentação no contexto escolar e, consequentemente, o direito à saúde.

Sobre essa questão, a encarregada do PAE da Escola 1 assinala que a AE não se restringe ao direito a comer, mas colabora com o direito à educação por “[...] *garantizar la permanencia de los niños en la escuela. [...] es una manera de atraerlos a la escuela, de que se vinculen*” (Castaño, 2025, p. 1).

Para a estudante do 5º ano da Escola 1, Ángel Villa, “*El PAE es muy bueno, que tengamos que comer, que nos den de comer en el colegio*”. Já Matias, também estudante da Escola 1, complementa com a ideia de uma alimentação nutritiva: “[...] *aporta demasiada nutrición a nosotros, los niños*” (Villa, 2025, p. 1).

16 A AE, conforme esses colaboradores, contribui com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), mas também o direito à nutrição. Na dimensão do direito, percebemos que extrapola a questão da saúde e, como foi reportado pela encarregada Ligy Castaño (2025), torna-se um recurso de sedução para os estudantes por possibilitar sentimentos de pertença à instituição escolar e, nessa perspectiva, coopera com o direito à educação. A garantia da alimentação na escola está imbricada com o direito à SAN, bem como repercute no direito à educação.

Narrativas de atores sociais sobre a AE como política

Bacca Uribe, Moreno Franco e Restrepo Zapata (2024) ressaltam que, após a Segunda Guerra Mundial, a partir de um acordo de cooperação firmado entre os Estados Unidos da América (EUA) e os países latino-americanos, a assistência alimentar começa a ser uma preocupação nacional na Colômbia. No entanto, somente em 1954, o governo central colombiano implementou o Programa Copo de Leite com o objetivo de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das crianças carentes e melhorar

seus níveis de aprendizagens. De acordo com as autoras, este pode ser considerado o primeiro PAE instituído na Colômbia.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a AE colombiana se baseava na distribuição de alimentos industrializados, o que foi motivo de muitas queixas quanto à qualidade desses alimentos. Apesar desses esforços por promover a SAN, somente a partir dos anos de 1990 é que a AE começou a assumir o tom de política de Estado e, em 2006, surgiu o PAE.

Entretanto, é importante lembrar que essa política de Estado ainda não possuía o caráter universalista de seus serviços, fato que nos provoca algumas inquietações quanto à elegibilidade e à inelegibilidade dos estudantes no programa e nos faz refletir acerca da narrativa de Castaño (2025):

[...] me siento muy triste porque tengo los quintos, los que más comen, y tengo 17 cupos, y tengo 38 estudiantes. ¿Usted sabe que significa para mí llevar a los estudiantes al PAE? Para mí, es una tortura, porque todos, la mayoría de todos tienen hambre... (Castaño, p. 3).

Diante a preocupação da colaboradora, podemos perceber que a AE na Colômbia ainda carece de uma estruturação que possa se constituir, efetivamente, como uma política de Estado. Aliados a essa questão, é importante ainda focar os problemas que envolvem esquemas de corrupções de alguns programas, como asseverou Juan Mejía (2025, p. 1), encarregado do PAE da Escola 3: “[...] un tema delicado que hay algunos políticos que hacen de estos programas como su manera de sangrar a los más pobres del país, de sangrarlos económicamente y materialmente...”.

17

Narrativas de atores sociais sobre a AE como ação pedagógica

A ideia de que a alimentação possui uma dimensão educativa refere-se ao próprio ato de comer como uma ação pedagógica, seja diante das escolhas de alimentos saudáveis e nutritivos, dos modos de comer, dos aspectos de sociabilidade ou de identidade cultural, tanto pessoal, quanto coletiva (Santos; Soares; Silva, 2024).

Sobre o ato de comer na escola, o estudante Messi Acevedo (2025, p. 1) enfoca: “[...] me admiro la comida. Me gusta estar alrededor con mis amigos [...] porque disfruto con ellos, empezamos a hablar”. Na ótica do também estudante Neymar Mosquera (2025, p. 1): “[...] me gusta cuando hablo con mis compañeros”. Por fim, a estudante María Ramírez (2025, p. 1) reforça a importância da socialização ao relatar que: “[...] me gusta hablar con mis amigas...”. Ou seja, para esses alunos, o fato de comer coletivamente, conversar e desfrutar da companhia dos colegas representa uma potente ação pedagógica e de sociabilidade, pois é por meio da interação com outras pessoas que compartilhamos saberes e experiências.

Para a docente Sara Gómez (2025, p. 1), o PAE fortalece o sentido da educação alimentar porque “[...] tenemos que formar también los hábitos de alimentación, de nutrición, de tener estilos de vida saludable”. Andrés Rodríguez (2025), docente da Escola 3, e Sebastián Arango (2025), docente da Escola 1, corroboram a importância de nutrientes básicos para que a aprendizagem aconteça e, nesse aspecto, Andrés Rodríguez (2025, p. 2) defende que “[...] es imposible aprender si no se tienen los nutrientes adecuados para aprender”. Já a encarregada Ligy Castaño (2025, p. 3) reforça que “[...] todo espacio, toda acción que ocurra en el colegio se convierte en un momento pedagógico. [...] Por ejemplo, un niño se resbaló, todos empezaron a reírse, para mí, ya eso es una oportunidad de aprendizaje, ¿cierto?”. E, finalmente, para a encarregada Feliz Correa (2025, p. 3), a AE é um ato pedagógico: “[...] los educadores les informan de que valoren lo que se les da, [...] que eso lo pagamos nosotros mismos con los impuestos...”. Nessa última acepção, Feliz chama à atenção para a necessidade de alertar aos estudantes que o PAE existe devido ao financiamento de tributos pagos pela sociedade civil (educação fiscal), outra ação pedagógica promovida pela AE.

Considerações finais

Nesta escrita, optamos por compreender as narrativas de diferentes atores sobre a alimentação escolar em três instituições educativas de Medellín,

Colômbia, contemplando a *alimentação escolar como direito, política e ação pedagógica*.

A partir das experiências tecidas no ambiente escolar, as narrativas de nossos colaboradores assinalaram que a *AE como direito* significa ofertar aos estudantes ao menos uma refeição completa para complementar a nutrição desses sujeitos. Desse modo, os colaboradores afirmaram que a política da AE busca assegurar outros direitos, a exemplo da educação e da saúde.

Os relatos dos atores sociais das instituições educativas pesquisadas revelaram que a *AE como política pública*, apesar de uma importante ação governamental, ainda não tem um caráter universal e, nesse sentido, defendem a universalidade do PAE na Colômbia. Tal declaração demonstra que os colaboradores, através da temporalização biográfica, almejam transformar e construir uma realidade social mais equânime para todos os estudantes da rede pública de ensino colombiano.

Já a *AE como ação pedagógica*, o que se percebe, por meio das narrativas dos atores escolares, é que o comer na escola pode constituir-se em um ato pedagógico, pois carrega em si as marcas das identidades culturais, a importância das sociabilidades do comer e ainda promove a educação alimentar dentro do contexto escolar. Além desses elementos, ficou evidenciado nos relatos que todo o processo de distribuição e consumo dos alimentos na instituição educativa se converte em um ato pedagógico. Nessa perspectiva, o comer, o alimento, o compartilhamento de momentos durante as refeições, o momento de esperar na fila, a escolha dos alimentos, entre outras situações são ações educativas-pedagógicas. Por isso, a defesa de que a AE não pode ser um apêndice, um território menor dentro do contexto educacional.

Notas

1. Pesquisa realizada no SWE, parceria UNEB e UdeA, em Medellín-Colômbia. Integra os projetos “Educação, Narrativa e Saúde: direito à vida e à educação em tempo de refigurações” processo n. 420371/2022-2 (Chamada n. 40/2022 - Linha B) e “Educação, narrativa e saúde em perspectiva internacional: aprendizagens biográficas e acervos experienciais vinculados a contextos educacionais e multiprofissionais em saúde”, processo n. 442502/2023-0, centrados na educação, narrativa e saúde, perspectiva internacional. Financiamento CNPq, Brasil, Chamada Pública MCTI/CNPq nº 14/2023 – Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tec.

e de Inovação, com 23 universidades da Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, França, México e Portugal.

2. Povo nativo das ilhas de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, descendentes da união entre europeus e escravos africanos, distintos devido à sua cultura, língua (crioulo), crenças religiosas (Igreja Batista) e passado histórico, similares às comunidades antilhanas. Os raizales são assistidos por algumas políticas, planos e programas socioculturais específicos (Colômbia, 2021, tradução nossa).
3. Os nomes de todas as estratégias usadas no PAE foram traduzidos pelos autores.

Referências

ACEVEDO, Messi. **Relato**. Medellín (Antioquia), 23 abril. 2025.

AMOURELI, Marie-Claire. Cidades e campos gregos. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ARANGO, Sebastián. **Relato**. Medellín (Antioquia), 1º abril. 2025.

BACCA URIBE, María Angélica; MORENO FRANCO, Angie Daniela; RESTREPO ZAPATA, Laura. **Del comer, habitar y sentir la escuela como acogimiento**: relatos narrativos del programa de alimentación escolar en una institución educativa pública de la ciudad de Medellín. 2024. Trabajo de Grado Profesional (Licenciatura en Pedagogía, Licenciatura en Educación Especial) – Facultad de Educación, Universidad de Antioquia, Medellín, 2024.

BRESCIANI, Edda. Alimentos e bebidas do antigo Egito. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CASTAÑO, Ligy. **Relato**. Medellín (Antioquia), 1º abril. 2025.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. Programa de Alimentación Escolar. **MinEducación**, Bogotá, [20-?a]. Disponible en: <https://www.mineduacion.gov.co/1621/w3-printer-235135.html>. Acceso en: 10 abr. 2025.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. Subdirección de Permanencia. **Enfoque del Programa de Alimentación Escolar**. Bogotá: MEN, [20-?b]. Disponible en: https://www.mineduacion.gov.co/1621/articles-235135_archivo_pdf_enfoque_PAE.pdf. Acceso em: 10 abr. 2025.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar-Alimentos para Aprender. 5 millones 851 mil estudiantes fueron beneficiados por el PAE en 2022. **Alimentos para aprender**, Bogotá, 26 jul. 2023a. Disponible en: <https://www.alimentosparaaprender.gov.co/noticias/5-millones-851-mil-estudiantes-fueron-beneficiados-por-el-pae-en-2022>. Acceso en: 8 may. 2025.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar-Alimentos para Aprender. **Estrategia de transparencia y eficiencia en el Programa de Alimentación Escolar (PAE)**: nota técnica. Bogotá: MEN, 2022. Disponible en: https://www.mineducacion.gov.co/1780/articles-363488_recurso_8.pdf. Acceso en: 10 abr. 2025.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar-Alimentos para Aprender. **Plan Estratégico Institucional**: alimentos para aprender: 2022-2026. Bogotá: Alimentos para aprender, 2023b. Disponible en: https://www.alimentosparaaprender.gov.co/sites/default/files/2024-05/18709_plan-estrategico-institucional-20222026.pdf. Acceso en: 28 abr. 2025.

COLOMBIA. Unidad para las Víctimas. Así ha avanzado la reparación integral de las víctimas del conflicto. **Unidad para las Víctimas**, Bogotá, 7 abr. 2021. Noticias. Disponible en: <https://www.unidadvictimas.gov.co/noticias/61149-2-2/>. Acceso en: 28 abr. 2025.

CORREA, Feliz. **Relato**. Medellín (Antioquia), 2 abril. 2025.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo-projeto. Tradução: Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014.

DUPONT, Florence. Gramática da alimentação e das refeições romanas. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FISCHLER, Claude. **L'Homnivore**. Paris: Odile Jacob, 2001.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GIRALDO-RAMÍREZ, Jorge. Conflicto urbano y violencia homicida: el caso de Medellín. **URVIO**: Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, Quito, n. 5, p. 99-113, sept. 2008.

GÓMEZ, Sara. **Relato**. Medellín (Antioquia). 24 abril. 2025.

JOANNÈS, Francis. A função social do banquete nas primeiras civilizações. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução: Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LOPES, Daniel de Oliveira. **Medellín**: del oscuro invierno a la eterna primavera. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Geografia] – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/geografia/wp-content/uploads/sites/267/2022/03/TCC-MEDELL%C3%8DN-PDF.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

MEDELLÍN (Colombia). Alcaldía de Medellín. Secretaría de Comunicaciones. Implementação do Programa de Alimentação Escolar – PAE. **Medellín cuida de mí**, Medellín, 2025. Disponible en: <https://www.medellin.gov.co/es/proyectos/implementacion-del-programa-de-alimentacion-escolar-pae/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MEJÍA, Juan. **Relato**. Medellín (Antioquia). 7 abril. 2025.

MONTANARI, Massimo. Estruturas de produção e sistemas alimentares. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução: Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MORINEAU, Michel. Crescer sem saber por quê: estruturas de produção, demografia e rações alimentares. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MOSQUERA, Neymar. **Relato**. Medellín (Antioquia), 29 abril. 2025.

PÉHAUT, Yves. A invasão dos produtos de além-mar. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

RAMÍREZ, María. **Relato**. Medellín (Antioquia), 29 abril. 2025.

RODRÍGUEZ, Andrés. **Relato**. Medellín (Antioquia). 7 abril. 2025.

RUIZ-VÁSQUEZ, Juan Carlos; CÉRON STEEVENS, Karen Nathalia; OTÁLORA SECHAGUE, Juan David; CORTÉS RUSSO, Laura Nathalia; RODRÍGUEZ PELÁEZ, Manuel Felipe. Medellín, lecciones de un cambio en seguridad ciudadana. **Revista Criminalidad**, Bogotá, v. 65, n. 3, p. 47-64, sept./dic. 2023.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva. **O corpo, o comer e a comida**: um estudo sobre as práticas corporais e alimentares no mundo contemporâneo. Salvador: Edufba, 2008. *E-book*.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva; SOARES, Micheli Dantas; SILVA, Edleuza Oliveira. A potência educativa do saber e do comer na escola: interfaces entre os direitos à educação e à alimentação. **Educação Revista**, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. 1-29, jan./dez. 2024.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação Revista**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.

TÉLLEZ NAVARRO, Román Francisco; JIMÉNEZ RODRÍGUEZ, Nayibe Paola; AMAYA NAVAS, Carlos Horacio. El Programa de Alimentación Escolar y los derechos fundamentales de los niños. **Via Inveniendi Et Iudicandi**, Bogotá, v. 18, n. 2, p. 9-23, jul./dic. 2023.

VILLA, Ángel. **Relato**. Medellín (Antioquia), 1º abril. 2025.

VINHA, Terezinha Camargo Pompeo. Um breve percurso histórico e cultural do alimento: questionamentos sobre consumo alimentar, cultura e educação. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 277-290, jan./maio, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ree/v11n1/1982-7199-ree-11-01-00277.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

WORLD FOOD PROGRAMME. Colombia. **WFP**, Rome, May 2025. Disponível em: <https://www.wfp.org/countries/colombia>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Prof.^a Ms.^a Elci Nilma Bastos Freitas
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia (Brasil)
Grupo de Pesquisa Autobiografia, Formação e História Oral (GRAFHO)
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-7072-6745>
E-mail: enbastos23@gmail.com

Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza
Universidade do Estado da Bahia (Brasil)
Grupo de Pesquisa Autobiografia, Formação e História Oral (GRAFHO)
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-4145-1460>
E-mail: esclementino@uol.com.br

Gabriel Jaime Murillo-Arango
Universidad de Antioquia (Medellín – Colombia)
Programa de Maestría en Educación
Formación de Maestros y Antropología Pedagógica e Histórica (FORMAPH)
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-6344-079X>
E-mail: gabriel.murillo@udea.edu.co

Recebido em 14 out. 2025

Aceito em 7 jan. 2026

